

CRÓNICA 134 – A MINHA VISITA ÀS FLORES E CORVO 26-31 AGOSTO 2013

134.1. FLORES

A ilha das Flores tem 143 km², 17 km de comprimento, 12,5 km de largura e dois municípios - Sta. Cruz das Flores e Lajes das Flores. Com o Corvo, forma o Grupo Ocidental. A 26 de maio de 2009, foi classificada pela UNESCO como Reserva da Biosfera. Dispõe de um aeródromo onde opera a SATA Açores, com ligações aéreas regulares com a Horta, Lajes (Terceira), Ponta Delgada e Corvo.

Entre julho a agosto, a Atlanticoline assegura (de forma mais irregular do que o previsto nos horários oficiais) as ligações marítimas de passageiros e viaturas entre o porto da vila das Lajes das Flores (via Horta) com as restantes ilhas e o transporte regular de passageiros entre as vilas das Lajes e Sta. Cruz das Flores e a Vila do Corvo.

134.2. CORVO

A primeira citação da ilha surge em 1351 no Atlas Médici como Ilha dos Corvos Marinhos e em 1375 no mapa Catalão surge já distinta das Flores. Diogo de Teive, navegador português, tê-la-á descoberto oficialmente para a Coroa, em 1452, ao regressar da Terra Nova. Quanto ao nome teve vários: Ilha dos Corvos Marinhos, Ilhas Floreiras, Ilha do Farol, Ilha Nova das Flores, Ilha de Sta. Iria, Ilhéu das Flores, Ilha da Estátua, Ilha do Farol, Ilha Negra, Ilha de S. Tomás, Ilha do Marco.

A Ilha do Corvo é a mais pequena e a mais setentrional dos Açores. Localiza-se no Grupo Ocidental, 6 milhas náuticas a norte das Flores. A ilha tem 6,24 km de comprimento e 3,99 km de largo, 430 residentes (dados de 2011). Pertence ao Grupo Ocidental com as Flores, que distam 17,9 km. O ponto mais elevado, 720 m., está na zona do Estreito, em cima da placa tectónica norte-americana.

Tem uma única montanha vulcânica extinta - o Monte Gordo, com ampla cratera de abatimento chamada Caldeirão onde se aloja a Lagoa do Caldeirão, com lagos, turfeiras e pequenas "ilhotas", duas compridas e cinco redondas, 3,7 km de perímetro e 300 m. de profundidade, a crista a 600 m., o Morro dos Homens atinge 718 m., tendo-se formado há cerca de 1,5 milhões de anos. Destacam-se ainda: a Lomba Redonda, a Coroa do Pico, o Morro da Fonte, o Espigãozinho e o Serrão Alto.

Todo o litoral é alto e escarpado, constituindo o cone central do vulcão, com exceção da parte sul, onde numa fajã lávica se estabeleceu a Vila do Corvo, a única povoação. As terras em redor da povoação e uma pequena zona abrigada na costa leste (as Quintas e Fojo) são as únicas em que é possível praticar a agricultura e manter árvores de fruto. As melhores pastagens para o gado ficam nas Terras Altas.

Na Enseada de N. Sra. do Rosário, existem três cais de desembarque – o Porto Novo (não usado), o Porto do Boqueirão e o Porto da Casa, o maior e o único utilizado no tráfego comercial. O Portinho da Areia, no extremo oeste da pista do aeroporto, é o único areal da ilha e a principal zona balnear. É o único município sem qualquer Freguesia cujas funções são assumidas pelos órgãos municipais.

Começou a ser habitada por 30 pessoas lideradas por Antão Vaz de Azevedo (da Terceira), e, depois pela família Barcelos (da Terceira), mas ambos a abandonaram. Em 1548 Gonçalo de Sousa, Donatário foi autorizado a mandar vir escravos de Sto. Antão (Cabo Verde) como agricultores e criadores de gado. A primeira Igreja data de 1570, a primeira paróquia de 1647 e a primeira administração civil de 1832.

Na ilha teriam sido descobertas cerca de uma centena de hipogeus (estruturas de terra cavadas na rocha, primitivamente usadas como sepulturas há dois mil anos), incluindo algumas na cratera e aguarda-se o seu estudo. Quando os navegadores portugueses aportaram à ilha, em meados do séc. XV, encontraram uma intrigante estátua de pedra, representando um cavaleiro com traços do norte de África.¹ Este episódio, totalmente obliterado pelos manuais escolares, constitui ponto de partida fulcral para a grande interrogação: quem descobriu os Açores? Sabendo-se das diferenças qualitativas, não só etimológicas, entre "descobrimento", "descoberta" ou "avistamento", importa conhecer as etapas que fizeram da gesta das Descobertas mais uma consequência do que antecedência.

*Obviamente não existem provas de que os Açores sejam o remanescente da mítica Atlântida, berço de uma próspera e culta civilização, desaparecida nas profundezas do oceano. Curiosamente, no livro de banda desenhada, *O Enigma da Atlântida* de Blake e Mortimer, S. Miguel é uma das portas de saída da Atlântida. Mesmo que os Atlantes tenham habitado nos Açores, não foram descobertos vestígios arqueológicos. Falta explorar as insondáveis profundezas dos mares e mesmo aí é dúbio que algo possa ser encontrado e que sucessivos milhares de tremores e erupções submarinas não tenham escondido ou destruído.*

Pelos exemplos da violência dos tremores e erupções dos últimos quinhentos anos, dificilmente se encontrarão artefactos ou restos civilizacionais da Atlântida perdida dos escritos de Platão. Foi sempre motivo de cogitações e explorações fantásticas e recentemente, escritores, jornalistas, romancistas e cineastas, reconstituíram, com imaginação, a arquitetura, o traçado e os materiais de construção da capital da Atlântida. Confabularam o vestuário, o modo de vida; a economia, as classes sociais, a religião, os deuses e demónios; os imperadores; as orgias, a beleza estranha da soberana do reino submerso.

Platão tem sido submetido a uma das mais ferozes análises críticas, na tentativa de descobrir um pormenor que conduza à localização da misteriosa Atlântida. Quiseram geógrafos e historiadores ver na narrativa do filósofo grego uma alusão poética a um muito antigo conhecimento da América. O facto não é tão extraordinário como parece, se considerarmos o arrojo marinho dos fenícios, e se juntarmos recentes travessias do Atlântico por navegadores solitários em frágeis embarcações.

O historiador *Pausanias* diria em 150 a.C.

“Existia em pleno oceano, longe, e a oeste, um grupo de ilhas habitadas por homens de pele vermelha e cabelos como crinas de cavalo”.

Narrativa extraordinária, pois, ou pura imaginação que, coincidentemente, iria encontrar eco na realidade descoberta 1600 anos depois? *Plutarco*, entre 40 e 120 d.C., escrevia

“Existem a oeste, no oceano, na mesma latitude da Grã-Bretanha, ilhas atrás das quais se estende um vasto continente... caracterizam-se pelo fato de que o sol aí brilha ininterruptamente durante trinta dias. À noite, o astro recolher-se cerca de uma hora, mas mesmo nessas alturas, a obscuridade não era total, porque o horizonte, a ocidente, ficava sempre iluminado por um crepúsculo”.

Plutarco descrevia, sem dúvida, terras próximas do círculo polar. O continente referido poderia ser a América. Juntem-se as narrativas à hipótese de que, antes de Cristo, já os Açores

¹ http://www.rtp.pt/acoresh/comunidades/quem-chegou-pela-primeira-vez-aos-acoresh-povos-maritimos-da-antiguidade-e-as-navegacoes-no-atlantico-13-joaquim-fernandes_39890

e a Madeira terem sido explorados pelos fenícios, e não acharemos tão improvável o facto de que o Novo Mundo fosse conhecido na antiguidade.

A Atlântida não seria o continente sul-americano? O poderoso reino a que se referia Platão não seria o império asteca? Convirá referir que é mais aquilo que desconhecemos do que o que sabemos sobre grandes civilizações da antiguidade. Muitas delas sumidas misteriosamente. Extintas, sem qualquer razão aparente, para além de colisões de meteoritos, mudanças climatéricas ou causas por desvendar. As viagens de Fenícios e Cartagineses tiveram grande importância para fins comerciais.

As que poderiam ter levado a um reconhecimento dos Açores, foram a circum-navegação do continente africano, de Oriente para Ocidente, a mando do faraó Necho em finais do séc. VII a.C. e a viagem do cartaginês Annone, perto do fim do séc. V a.C., quando abriu as velas de Cartago rumo ao Atlântico, passou as Colunas de Hércules (Gibraltar) e chegou ao Golfo da Guiné.

É curioso que as únicas referências ao conhecimento dos Açores, anteriores aos Portugueses, sejam fenícias e ambas relativas ao Corvo. Como dizia nos anos 70 num dos meus programas de rádio em Macau “*Todas as coincidências têm uma causa matematicamente provável*”. Neste caso podem existir também causas cientificamente prováveis. Fazendo fé na historiografia, a probabilidade de os fenícios terem chegado aos Açores, é elevada.

Humboldt refere no "Examen Critique" que em 1749, uma tempestade violenta teria abalado as fundações de um edifício parcialmente submerso na ilha do Corvo. No fim da borrasca descobriu-se nas ruínas, um vaso com moedas de ouro e cobre que foram levadas para um Convento, e das quais nove foram preservadas e enviadas ao Pe. Enrique Flores (Madrid) que as cedeu a J. Podolyn da Academia de Ciências de Estocolmo.

Um apresentavam a figura de um cavalo por inteiro, outras somente a cabeça desse animal. Alguns peritos afirmaram com suficiente grau de certeza que se tratava de moedas fenícias do norte de África (antiga colónia grega de Cirene [em grego Κυρήνη, Kurene] na atual Líbia, a mais antiga e mais importante das cinco cidades da região). As restantes sete eram cartaginesas.

A primeira publicação de carácter científico referindo as moedas do Corvo deve-se a *Johann Frans Podolyn*, um numismata sueco que publicou, em 1778, a notícia intitulada “*Algumas anotações sobre as viagens dos antigos, derivadas de várias moedas cartaginesas e cirenaicas que foram encontradas em 1749 numa das ilhas dos Açores.*”

*No artigo, Podolyn afirma que em 1749, depois de vários dias de mar tempestuoso de oeste, que expôs parte da fundação das ruínas de um edifício de pedra numa praia da ilha do Corvo, foi descoberto um vaso de barro negro, quebrado, contendo no interior um grande número de moedas desconhecidas que foram levadas para um Convento.² Parte das moedas foi para Lisboa e daí para Madrid para o Pe. Enrique Flórez de Setién y Huidobro (*1701 – †1773), da Ordem de Sto. Agostinho, conhecido historiador espanhol, à época o mais conhecido numismata ibérico. Desconhece-se o número de moedas no vaso e quantas foram para Lisboa.*

O Padre Flórez recebeu nove (9) moedas, por ele descritas e estudadas: duas cartaginesas de ouro, cinco cartaginesas de cobre e duas cirenaicas de cobre. O padre Flórez cedeu as moedas a Podolyn quando este visitou Madrid em 1761, dizendo-lhe que

² (provavelmente o franciscano de S. Boaventura, em Sta. Cruz das Flores).

as moedas "representavam todos os tipos encontrados no Corvo" e que eram as mais bem preservadas da coleção. Na notícia com a imagem das moedas, Podolyn afirma que as mesmas, com exceção das de ouro, não são raras, sendo notável o sítio onde foram encontradas, já que não se conhece notícia da presença de cartagineses nos Açores, embora seja possível ligar a presença à famosa estátua equestre e inscrição que teria sido encontrada no Corvo à época do povoamento.

Faria e Sousa (História de Portugal) relata a estátua, como possivelmente de origem chinesa, o que levou Gavin Menzies³, a usá-la como “prova” da descoberta chinesa dos Açores antes dos Portugueses.

É relatado por André Thevet, um francês do séc. XVI, que um descendente mourisco ou judaico encontrara uma inscrição com caracteres hebraicos numa gruta de S. Miguel, durante os Descobrimentos, mas não foi capaz de a ler, alguns supuseram tratar-se de caracteres fenícios.

Em 1976, na mesma ilha, seria desenterrado um amuleto com inscrições de escrita fenícia tardia, dos sécs. VII e IX da era cristã. A maioria dos historiadores contemporâneos, como é habitual, nega validade à afirmação, o que não a impede, de ser verídica.

No séc. XVI, Générbrand referiu-se à existência dum túmulo com inscrição hebraica em S. Miguel, mas são caracteres fenícios de Canaã erroneamente qualificados de hebraicos, pela semelhança entre o alfabeto cananeu e o dos antigos hebreus. O texto decifrado permitiu a Manasseh ben Israel, sábio hebreu do séc. XVII ler a inscrição como “Mektabel Suai, filho de Matadiel”⁴.

Damião de Góis escreveu na "Crónica do Sereníssimo Príncipe Dom João" que quando os portugueses chegaram à remota ilha do Corvo encontraram uma estátua equestre no noroeste da serra, colocada sobre um pedestal quadrado.

No cume, que parecia servir de marco aos navegantes, estava o vulto de um homem de pedra, num cavalo sem sela. Era uma estátua construída, não se sabe por quem, num único bloco de pedra e representava um homem, de cabeça descoberta, tapado por uma espécie de manto. As faces do rosto e outras partes estavam sumidas, cavadas e gastas pelo tempo e supõe-se que pela erosão. Sobre as crinas do cavalo, o qual tinha uma perna dobrada e outra levantada, estava a mão esquerda do homem, enquanto o braço direito estava estendido e com os dedos da mão encolhidos. Só o indicador estava aberto e apontava para o poente, para as regiões onde o sol se oculta, a grande terra dos bacalhaus, a América ou o Brasil, terras que não tinham sido descobertas pela civilização ocidental.

O Rei Dom Manuel I teria mandado a Duarte D'Armas que fizesse um desenho da estátua e ordenou o seu transporte para a corte de Lisboa, mas só recebeu pedaços do monumento: a cabeça, o braço e mão direitos e parte do cavalo. Teriam sido guardadas no Palácio real, mas perdeu-se o seu rasto. Na base - deixada no Corvo - existiriam letras numa escrita desconhecida, copiadas em 1529 por Pedro da Fonseca, mas cujo teor ninguém conseguiu identificar.

Diria o céptico Daniel de Sá⁵ a este respeito

³ Menzies é alegadamente uma fraude como historiador, ao contrário do inventonista que é o loquaz e ótimo comunicador José Hermano Saraiva, que usa qualquer facto para criar uma novela com laivos históricos.

⁴ (de acordo com Pierre Carnac em "A Atlântida de Cristóvão Colombo")

⁵ (jornal Público 20 julho 2008):

“...há outra novidade nas livrarias, que versa sobre uma famosa estátua que teria sido encontrada na ilha do Corvo pelos primeiros povoadores. Prova irrefutável de que por ali andaram cartagineses muito antes de Cristo calcorrear a Galileia. Falou dela Damião de Góis, que a descreve em pormenor, mas não a viu.

Como convém nestes casos, não ficou nem um pedacinho da escultura, que teria sido levada para a corte no tempo de D. Manuel. Nem qualquer marca na ilha. E também desapareceram as moedas cartaginesas encontradas lá nos finais do séc. XVIII. Desaparecimentos deste tipo dão sempre jeito para uma história revista e aumentada.”

Meses depois, insiste Daniel de Sá a respeito de: ***Quem construiu a estátua da ilha do Corvo?***⁶

O autor invoca uma série de testemunhas. De nenhuma há um testemunho direto, porque só se sabe o que disse Damião de Góis. O Dr. Gaspar Frutuoso, bem como Frei Diogo das Chagas e outros, limitou-se a copiar o que escreveu o cronista, que deve ter ouvido a história, porque se percebe pelo relato que o próprio não chegou a ver os despojos do achado.

O basalto é uma pedra muito difícil de esculpir. Seria quase impossível conseguir pormenores que fizessem o cavaleiro parecer-se a um magrebino. O que aliás contrasta com o que diz Frutuoso do que afirmavam os naturais das Flores e Corvo: que a estátua “estava carcomida, com as faces do rosto e outras partes do corpo sumidas e quase gastadas”.

Quanto às letras gravadas na rocha, estariam em lugar tão inacessível que teria sido necessário descer por cordas a quem lhes tirou o molde. Como teria sido possível o trabalho de as esculpir?

E por que razão, sendo este episódio do tempo de D. Manuel, o conta Damião de Góis na Crónica do Príncipe D. João? Aliás, o célebre humanista não era um historiador, mas um cronista. O seu pouco rigor chegou mesmo a causar-lhe complicações com a justiça real.

Que dizer das moedas achadas nas ruínas de uma casa? Que, se existiram, foram para lá levadas depois do povoamento.

Das inscrições numa gruta em S. Miguel, basta dizer que nunca se encontrou a gruta. E, quanto aos caracteres em pedra nas Quatro Ribeiras, quase todos que os viram afirmam ser uma formação natural.

Quanto ao saber marítimo dos fenícios, não consta que tenham sido mais do que bons marinheiros de cabotagem.

Os portugueses foram os primeiros a navegar sem terra à vista. Os próprios viquingues chegaram à Gronelândia fazendo escala nas ilhas Faroe e na Islândia, já habitadas. E, da Islândia à Gronelândia (300 km), com boa visibilidade viaja-se sempre tendo a terra como referência: até meio caminho continua a ver-se a Islândia, daí para diante já se avista a Gronelândia.

Daniel de Sá, Maia, S. Miguel, Açores

Já o célebre historiador e estudioso de fenómenos esotéricos, Joaquim Fernandes (um brilhante aluno e meu antigo colega de Liceu) responde assim a Daniel de Sá:

“... Pretendera beliscar uma dupla credibilidade: a de Damião de Góis, que descreve com algum detalhe, o episódio da estátua equestre encontrada pelos portugueses na ilha do Corvo, e o historiador no papel de autor do romance O cavaleiro da Ilha do Corvo,

⁶ Super n° 128 dez 2008 “Cavaleiro de basalto”

que embora em tons de ficção, fá-lo com a segurança e credibilidade que lhe confere uma investigação documental de centenas de referências bibliográficas, de Aristóteles à pesquisa atual, disponível no final do citado livro.

Desde o arquiteto Duarte D'Armas, que El-Rei mandou ao Corvo fazer o desenho da estátua, aos pedreiros enviados ao ilhéu com a incumbência de trazerem o monólito para Lisboa, passando pelo Donatário Pedro da Fonseca, que em 1529, se deslocou ao Corvo para recuperar uma legenda em caracteres não-latinos descoberta no sopé, onde antes existira a estátua do cavaleiro com "traços africanos", seguindo a descrição de Góis.

E o mapa dos irmãos Pizzigani, de 1367, que confirma a tradição árabe das estátuas marco no centro do Atlântico?

Ou seja, o autor da Crónica do Príncipe D. João é digno de crédito para descrever a chegada do primeiro rinoceronte a Lisboa; mas já não serve quando relata a chegada ao Paço dos destroços do monumento, que a imperícia dos pedreiros provocara....

Quatro séculos passados persistem aqueles que minimizando a integridade de Damião de Góis, tentam fazer da História um livro fechado:"

Sei-o, por experiência própria, que sempre que se quer alterar o que, ao longo dos séculos, vem passando por História, um enorme coro se levanta a defender a versão anterior e o *status quo*. Faz parte da mente humana a recusa em aceitar novos factos, provas ou teorias, que contradigam aquilo em que se acredita desde a idade de formação intelectual. A fé suplanta a ciência nessas mentes.

O primeiro romance do investigador Joaquim Fernandes, "O cavaleiro da ilha do Corvo"⁷, promete criar polémica, ao sugerir que os navegadores da Antiguidade terão conhecido os Açores séculos antes de os portugueses ali terem chegado.

Na base da tese defendida no livro, alicerçada em anos a fio de investigações, encontra-se um dado para muitos desconhecido: quando os navegadores portugueses chegaram à ilha do Corvo, nos Açores, em meados do séc. XV, encontraram ali uma intrigante estátua de pedra, representando um cavaleiro com traços característicos do norte de África.

A existência do referido monumento até poderia ser uma simples lenda não fosse dar-se o caso de o relato da descoberta ter sido escrito pelo grande humanista dos Descobrimentos Damião de Góis, cuja "obra e crédito são dificilmente questionáveis", adianta Joaquim Fernandes. Obra de ficção que, segundo o autor, "não deixa de ser também um ensaio histórico".

"O cavaleiro da ilha do Corvo" levanta questões várias ("e se a tal lenda de um tal cavaleiro em pedra que aponta, do mais alto cume da ilha, em direção às Américas fosse apenas uma tentativa de insinuar a descoberta por outros povos do que Colombo definirá de Novo Mundo?", questiona) numa trama conspirativa destinada a relançar o debate em torno dos Descobrimentos. "O livro defende, em suma, a plausibilidade da hipótese de navegação no Atlântico mil anos antes de os portugueses darem início à sua aventura marítima", explica o especialista no estudo do imaginário português.

O docente da Universidade Fernando Pessoa, no Porto, tem outros projetos que aguardam publicação como o ambicioso volume "O livro dos portugueses esquecidos": em mais de meio milhar de páginas, Fernandes recorda a vida de 300 figuras nacionais dos sécs. XVI a XIX que, devido a perseguições várias, se viram obrigadas a procurar refúgio noutros países, nos quais atingiram relevo em áreas tão distintas. Desde José Carlos de Almeida, o fundador da Sociedade Francesa de Física, ao Padre António de Andrade, o primeiro europeu a chegar ao Tibete, há biografias para todos os gostos.

⁷ *Jornal de Notícias* 6/6/2008

Do conjunto extrai-se a ideia de "um país que sempre conviveu mal com a diferença, exibindo sinais de uma intolerância, sobretudo política e religiosa, catastrófica para o seu desenvolvimento, ao dispensar um número avultado de talentos". A lista poderia ser ainda mais vasta se incluísse figuras como Damião de Góis ou Pedro Nunes, que abandonaram o país nas mesmas circunstâncias dos restantes biografados, mas o organizador da antologia entendeu privilegiar figuras que, apesar da sua valia, foram esquecidas com o decorrer dos anos. Para investigar esta autêntica 'fuga de cérebros', Joaquim Fernandes surpreendendo-se com a quantidade de 'estrangeirados' que Portugal foi acumulando ao longo dos anos.

"Boa parte dessa elite foi enriquecer sociedades como a alemã ou a holandesa", lamenta o autor.

Quando os navegadores portugueses aportaram pela primeira vez à pequena ilha do Corvo, nos Açores, em meados do séc. XV, encontraram ali uma intrigante estátua de pedra, representando um cavaleiro com traços caraterísticos do norte de África.

Este episódio, constitui um ponto de partida para a grande interrogação: quem descobriu pela primeira vez os Açores? ... importa conhecer as etapas que fizeram da gesta das Descobertas Marítimas do Renascimento mais uma consequência do que antecedência gerada no zero dos saberes e da ignorância total sobre rotas oceânicas e capacidades náuticas epocais.

(in RTP-Açores Comunidades de 13/6/2009)

Quem foram os construtores da Estátua da Ilha do Corvo?

"Esta surpreendente revelação tem sido regularmente refutada pela historiografia mais conservadora, que a tem crismado de "rumor", "lenda" ou mesmo "fraude". Mas, existe uma fonte autorizada - de entre outras de diversa natureza - por muitos silenciada ou ignorada ao longo dos séculos.

Quem a forneceu à posteridade tem obra e crédito dificilmente questionáveis: Damião de Góis (1502-1574), o grande humanista português do Renascimento, que descreve, com algum detalhe, no capítulo IX da sua Crónica do Príncipe D. João, escrita em 1567, as circunstâncias em que o inesperado monumento - "antigualha mui notável", assim lhe chama o cronista - foi achado no noroeste da pequena ilha, a que os mareantes chamam "Ilha do Marco".

Quando?

"Nos nossos dias", afirma o cronista régio, na mesma Crónica, ou seja, no seu tempo de vida, provavelmente entre os finais do séc. XV e os inícios de XVI, no decurso do reinado de D. Manuel I e durante as primeiras tentativas de colonização da ilha do Corvo.

O que era, então, esse insólito e inesperado "monumento"?

"Uma estátua de pedra posta sobre uma laje, que era um homem em cima de um cavalo em osso, e o homem vestido de uma capa de bedém, sem barrete, com uma mão na crina do cavalo, e o braço direito estendido, e os dedos da mão encolhidos, salvo o dedo segundo, a que os latinos chamam índice, com que apontava contra o poente".

"Esta imagem, que toda saía maciça da mesma laje, mandou El-Rei D. Manuel tirar pelo natural, por um seu criado debuxador, que se chamava Duarte D'Armas; e depois que viu o debuxo, mandou um homem engenhoso, natural da cidade do Porto, que andara muito em França e Itália, que fosse a esta ilha, para, com aparelhos que levou, tirar aquela antigualha; o qual quando dela tornou, disse a El-Rei que a achara desfeita de uma tormenta, que fizera o inverno passado. Mas a verdade foi que a quebraram por mau azo; e trouxeram pedaços dela, a saber: a cabeça do homem e o braço direito com a mão, e uma perna, e a cabeça do cavalo, e uma mão que estava dobrada, e levantada, e um pedaço

de uma perna; o que tudo esteve na guarda-roupa de El-Rei alguns dias, mas o que depois se fez destas coisas, ou onde puseram, eu não o pude saber".

O cronista pormenoriza ainda que, "em 1529, o Donatário Pêro da Fonseca, das ilhas das Flores e do Corvo, soube dos moradores que na rocha, abaixo donde estivera a estátua, estavam entalhadas na mesma pedra da rocha uma letras; e por o lugar ser perigoso para se poder ir onde o letreiro está, fez abaixar alguns homens por cordas bem atadas, os quais imprimiram as letras, que ainda a antiguidade de todo não tinha cegas, em cera que para isso levaram; contudo as que trouxeram impressas na cera eram já mui gastas, e quase sem forma, assim que por serem tais, ou porventura por na companhia não haver pessoa que tivesse conhecimento mais que de letras latinas, e este imperfeito, nem um dos que ali se achavam presentes soube dar razão, nem do que as letras diziam, nem ainda puderam conhecer que letras fossem".

Rumores lendários ou testemunhos factuais?

"Quais as testemunhas documentalmente identificadas, sem equívocos, diretamente envolvidas no episódio histórico em torno da chamada Estátua Equestre da Ilha do Corvo?

Num primeiro grupo podemos incluir: D. Manuel I, 14º Rei de Portugal; Duarte D'Armas, arquiteto e desenhador da Corte, autor do debuxo do monumento; um mestre pedreiro, natural do Porto, incumbido pelo Rei da missão de desmontar e transportar o monumento para Lisboa; Damião de Góis, moço de câmara, cronista régio e guarda-mor da Torre do Tombo; Frutuoso de Góis, guarda-roupa do referido soberano e irmão mais velho do anterior; Pedro da Fonseca, Donatário das Flores e do Corvo, em 1529.

Acrescentemos a estes um segundo grupo de outros presumíveis testemunhos, embora não referenciados nos documentos, como Antão Vaz Teixeira, colono da primeira vaga de ocupação da ilha (entre 1508 e 1515); os irmãos de apelido Barcelos, depois de 1515, na segunda tentativa de povoamento do Corvo, talvez os mesmos que alertaram Pedro da Fonseca, em 1529, e os que acompanharam o Capitão da ilha ao local da laje para copiar a legenda da estátua.

Finalmente, um terceiro núcleo de individualidades, mais ou menos coevos dos protagonistas da fase da recuperação da legenda, como sejam o Dr. Gaspar Frutuoso, o primeiro historiador açoriano, contemporâneo de Damião de Góis, ainda que um pouco mais novo que este; Fr. Diogo das Chagas, escritor, que confirma a presença do Donatário Pedro da Fonseca, na ilha do Corvo, em 1529; o Dr. Luís da Guarda, corregedor dos Açores entre 1548 e 1552, referenciado por Gaspar Frutuoso como tendo sido uma das pessoas ("ou outro seu propínquo antecessor", supõe o historiador) que "pretenderam alcançar o segredo daquela antiguidade", que, segundo os naturais das ilhas das Flores e do Corvo, ainda de acordo com Gaspar Frutuoso, "estava carcomida, com as faces do rosto e outras partes sumidas, cavadas e quase gastadas, do muito tempo que tudo gaste consome".

Embora Damião de Góis nos informe, textualmente, "em nossos dias se achou", não aponta uma data. Sugere, quando muito, que a descoberta dessa "antigalha assaz antiga" - como ele a descreve – é contemporânea dele, do seu tempo.

O facto de ter sido D. Manuel I a mandar investigar e a recolher o monumento aumenta essa probabilidade. Mas não é impossível que a informação tenha chegado antes à Corte portuguesa. É nesse conhecimento anterior a D. Manuel e Damião de Góis que se funda a tese da estátua do Corvo como elemento decisivo e impulsor das explorações portuguesas de longa distância.

Se o monumento existiu, de facto, quem poderia tê-lo construído? Para o cronista régio e arquivista da Torre do Tombo, "esta gente que veio ter a esta ilha e nela deixou esta

memória poderia ser da Noruega, Gótica, Suécia ou Islândia", divergindo assim da hipótese fenícia ou cartaginesa defendida pelo seu contemporâneo açoriano Gaspar Frutuoso.

Recorde-se que o jovem Damião⁸ entrou ao serviço do Rei Venturoso com apenas nove anos de idade, fazendo companhia ao seu irmão mais velho, Frutuoso, guarda-roupa do soberano no Paço da Ribeira.

Temos, pois, reunido um séquito de testemunhos diretos, muito próximos, além dos indiretos, cuja concordância confere algum peso qualitativo à presunção da existência de facto do dito monumento, porventura perdidos os seus destroços entre as brumas da memória e das ruínas humanas."

Em 1587, o Corvo foi saqueado e as suas casas queimadas pelos corsários ingleses, que já haviam atacado as Lajes das Flores. No ano de 1632, a ilha sofreu duas tentativas de desembarque de piratas da *Barbaria*, no atual cais do Porto da Casa, que era, à época, apenas uma baía. Duzentos corvinos usaram tudo para repelir os atacantes que acabaram por desistir com baixas. A imagem de N. Sra. do Rosário foi colocada na Canada da Rocha e diz a lenda que protegeu a população das balas disparadas.

No séc. XVIII, com a chegada dos baleeiros norte-americanos às Flores para recrutar tripulação e arpoadores, uma vez que os corvinos eram apreciados pela sua coragem, iniciou-se uma estreita relação com a América do Norte, que passou a ser o destino de eleição para a emigração corvina e de onde chegavam praticamente todas as novidades à ilha, a qual manteve, durante muito tempo, uma relação mais estreita com Boston do que com Lisboa. A emigração clandestina era uma constante da ilha, apesar dos esforços repressivos das autoridades portuguesas, preocupadas com a fuga ao serviço militar obrigatório e com a perda de mão de obra.

Os corvinos pagavam um pesadíssimo tributo aos capitães do Donatário. Manuel Tomás de Avelar foi o Chefe da delegação de corvinos que foi a Angra fazer a petição, despertando, pela sua sabedoria e maneiras, o espanto da liderança liberal da Regência.

Mouzinho da Silveira, impressionado pela quase escravidão em que vivia o povo do Corvo, obrigado a comer pão de junca para poder pagar o tributo a que se encontrava obrigado, propôs a redução para a metade, do pagamento em trigo e anulou o pagamento em dinheiro, fazendo assim a felicidade dos corvinos. A impressão foi tal que Mouzinho da Silveira, hoje homenageado como patrono da Escola Básica Integrada do Corvo, anos depois escreveria no seu testamento que gostaria de estar sepultado na ilha, "cercado de gente que na minha vida se atreveu a ser agradecida".

O decreto, datado de 14 de maio de 1832, e assinado em Ponta Delgada por D. Pedro IV, reduziu à metade (20 moios) o pagamento em trigo que os corvinos faziam a Pedro José Caupers, então Donatário da Coroa, e eliminou o pagamento em dinheiro de 80 mil réis. Em contrapartida, a Coroa assumiu indemnizar o Donatário. O tributo apenas foi completamente abolido em 1835. Noutra decreto, o rei elevou a povoação do Corvo à categoria de vila e sede de Concelho (20 de junho de 1832⁹) e determinou que se chamasse Vila do Corvo, e não Vila Nova como por vezes aparece grafado. Antes disso, esteve sob jurisdição de Sta. Cruz das Flores.

⁸ Damião teve mestres de várias disciplinas, como mandava a refinada educação palaciana da época, começando como pajem da lança, servindo o Rei à mesa. Passou também a estudar música, para satisfação do Rei, um refinado melómano, estivesse em despacho ou na sesta. Mais tarde, foi moço de câmara, um lugar de intimidade no protocolo régio, sendo dos poucos que se permitia entrar na régia presença em pelote, que, ao contrário do que se possa pensar, era uma capa forrada de peles. Rezam as Crónicas que segurava o bacio do penteador, enquanto o irmão Frutuoso penteava D. Manuel I

⁹ Atualmente o dia 20 de junho é feriado municipal